

Conversas & Controvérsias



e-ISSN: 2178-5694

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais
Escola de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Novas geopolíticas em torno de Foz do Iguaçu e Itaipu

New geopolitics around Foz do Iguaçu and Itaipu

Guillaume Leturcq¹

Resumo

Há mais de um século, as relações diplomáticas entre Brasil, Argentina e Paraguai na tríplice fronteira são marcadas pela intensidade. Após conflitos territoriais e fronteiriços nos séculos XIX e XX, o uso dos recursos hídricos ganhou o centro de um grande debate que ultrapassou o nível regional e alcançou o nível internacional. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, concluída em 1984, inaugurou uma nova fase nas relações na tríplice fronteira. Após mais de vinte anos em torno da usina, outras temáticas apareceram na agenda das relações entre os três países implicados, sobretudo nas últimas décadas. Entre elas, convém destacar o turismo e o seu papel na transformação da região em um pólo econômico do Brasil e da América do Sul. Ao incentivar a economia, o turismo tornou o comércio envolvido com a zona franca de Ciudad del Este na segunda atração da região, o que por sua vez, incentivou a multiplicação das atividades ilegais e ilícitas. Esse novo quadro preocupa as autoridades dos três países e indica o surgimento de novas dimensões geopolíticas na região. Objetivamos compreender o histórico geopolítico da região e como ele se transformou em um espaço globalizado.

Palavras-chave: geopolítica; recursos hídricos; Tríplice Fronteira; Itaipu.

Abstract

For more than a century, diplomatic relations between Brazil, Argentina and Paraguay on the triple frontier are marked by intensity. After territorial and border conflicts in the nineteenth and twentieth centuries, the use of water resources gained the center of a great debate that surpassed the regional level and reached the international level. The construction of the Itaipu hydroelectric dam, completed in 1984, inaugurated a new phase in relations in the triple border. After more than twenty years around the plant, other topics appeared on the agenda of relations between the three countries, especially in the last decades. Among them, it is important to highlight tourism and its role in transforming the region into an economic pole of Brazil and South America. In stimulating the economy, tourism has made trade involved with the Ciudad del Este free zone in the second attraction of region, which in turn encouraged the multiplication of illegal and illegal activities. This new picture worries the authorities of the three countries and indicates the emergence of new geopolitical dimensions in the region. We aim to understand the geopolitical history of the region and how it has become a globalized space.

Keywords: geopolitics; water resources; Triple Border; Itaipu.

1 Doutor em Geografia pela Universidade du Maine (França), pesquisador associado no Laboratório Espace et Société em Le Mans Université (França) e ao Centro Américas da Université Libre de Bruxelles (Bélgica). Email: guillaume.leturcq@gmail.com



Introdução

A tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, localizada em torno da cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, é um espaço geográfico muito particular e extremamente rico para a análise e a compreensão das relações internacionais e geopolíticas na América do Sul. O espaço se caracteriza pelo encontro desses três países neste local e, ao longo dos últimos três séculos, diversos acontecimentos políticos continuaram a enriquecer a construção do cenário geopolítico. O primeiro acontecimento político internacional marcante na região foi a guerra entre a Argentina e o Brasil para dominar a região, a famosa guerra do Paraguai, conflito armado que durou entre 1864 e 1870 e envolveu diretamente dois os países². Posteriormente, a região se tornou famosa, por ser um local muito atrativo para o turismo, até os anos 1970. O Salto de Sete Quedas era o centro de atenção da região, com o município de Guaíra como polo logístico, tendo um aeroporto ativo e de diversos serviços (SOUZA & SILVA, 2011, p.89). A construção da usina hidrelétrica de Itaipu destruiu esse fenômeno natural, para fazer emergir no lugar uma das maiores obras de engenharia do mundo, uma barragem e seu reservatório.

No início do século XXI, a região continuou seu percurso particular e se manteve entre os principais centros turísticos do país, um centro econômico importante no mundo e um centro econômico alternativo com mercados ilegais e trocas fora dos controles locais e nacionais. Finalmente, novas preocupações aparecem em termo de terrorismo e de conflito internacionais.

A região é muito específica e novos rumos trazem novas dimensões e perspectivas em termos geopolíticos para ela. Iguaçu e sua barragem, Itaipu, voltaram a ser no centro de atenção e de debates, tanto no Brasil, mas também na escala global. No presente artigo, nos perguntamos sobre o papel histórico, atual e futuro da região, tanto no cenário nacional brasileiro quanto no cenário geopolítico internacional a partir de uma abordagem histórica por meio da análise da bibliografia especializada. Para alcançar esse objetivo, apresentaremos no primeiro momento a história da região na perspectiva da geopolítica e das relações entre os atores internacionais. O contexto histórico diplomático para na construção da usina hidrelétrica, será o centro de nossa atenção na segunda parte do trabalho. No final, apresentaremos as novidades em termo geopolítico, para entender quais são os pontos de atenção e novas preocupações que existem.

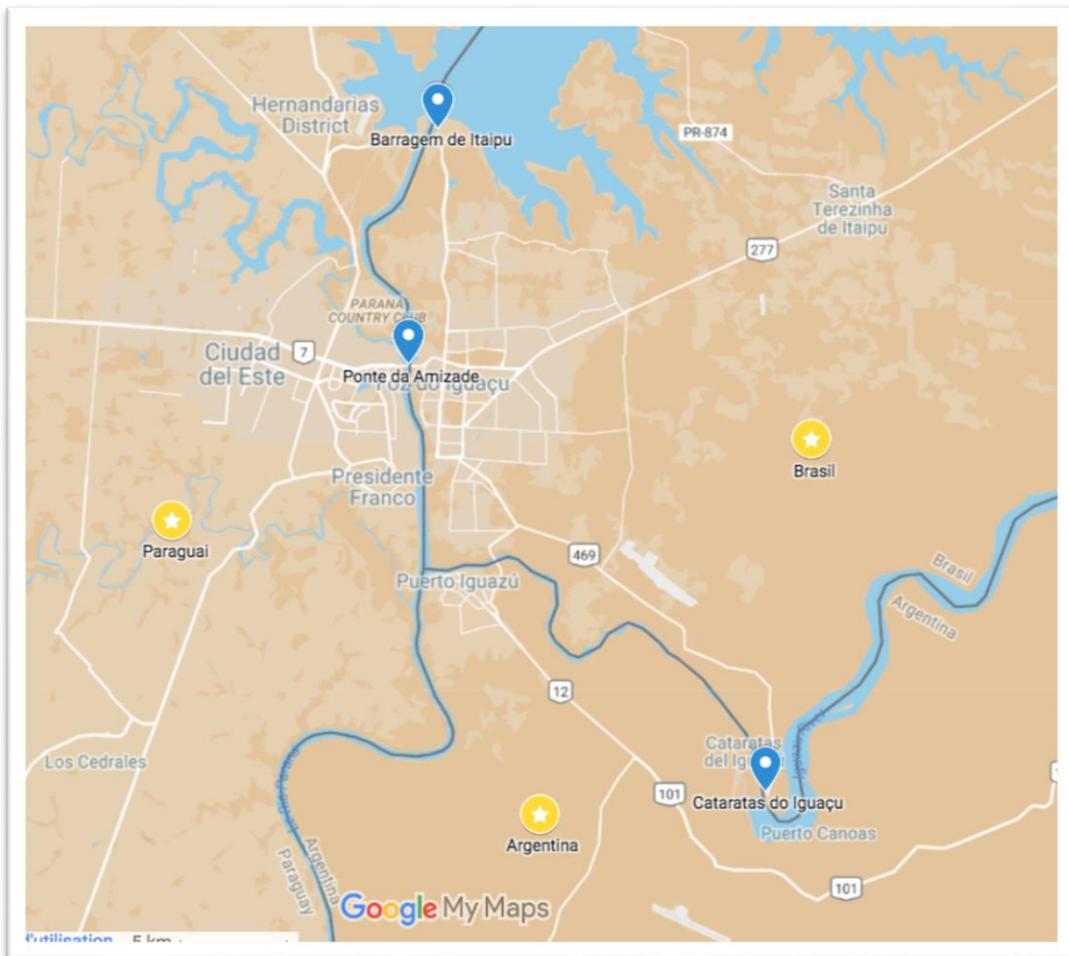
História recente da região da tríplice fronteira

A região da tríplice fronteira é resultado antigo da criação das fronteiras dos três países. Zona principalmente rural e isolada, ela demorou para se tornar um centro de interesse. As belezas da natureza (SALOMON, 1992, p.6), particularmente abundante em água e qualidade da terra, ofereciam um quadro rural tranquilo. Durante o século XIX, a zona de tríplice fronteira se transformou em um espaço de desafios importantes. A delimitações das fronteiras foram

² Sobre a Guerra do Paraguai, ver: DORATIOTO, 2002; AMARAL, 2008.

discutidas entre Brasil e Paraguai, após o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1872. Neste ano, o Tratado de Paz e Limites entre Brasil e Paraguai, foi assinado. Uma comissão dupla, composta por brasileiros e paraguaios, foi formada com objetivo de fazer a demarcação da fronteira durante os dois anos seguintes. Depois das decisões tomadas, o Paraguai se manteve com dúvidas quanto a zona das Setes Quedas (BARROS, 2010, p.1122). Assim, alguns anos depois, um novo tratado, foi assinado para resolver as últimas incertezas. A morfologia fronteiriça foi estabelecida de forma definitiva no início do século XX. No mapa seguinte (Figura 01), é possível verificar a localização dos três países, os pontos de interesses e as cidades citadas nas próximas páginas.

Figura 1: Mapa da região da tríplice fronteira.



Fonte: Realização G. Leturcq, 2018. Google Maps

A dimensão internacional da região se tornou mais evidente durante a guerra do Paraguai (1864-1870), contudo, na região, o conflito na região ficou restrito aos mapas e

debates, uma vez que não ocorreram conflitos armados nesse espaço. A presença dos rios Iguaçu e Paraná e o seu potencial em termos de comunicação e transporte explica a importância geopolítica da região. Após a guerra, tanto a Argentina, quanto o Brasil, estabelecem postos militares, dos dois lados da fronteira, na confluência dos rios, para vigiar a fronteira e a zona (AMARAL, 2008, p.14).

Assim começou a primeira ocupação populacional da região, depois da presença de índios Kaingang. Em 1889, é fundado a colônia Militar de Iguaçu. Os primeiros levantamentos demográficos da região já descrevem um aspecto internacional com a forte presença de paraguaios e argentinos, mas também de espanhóis e ingleses, cujas ocupações econômicas se concentravam na produção de erva-mate, bem como na extração de madeira. Os militares estão entre os principais responsáveis pela distribuição das terras aos colonos, além de cuidar da fronteira. A lógica de ocupação do espaço fazia parte da nova preocupação geopolítica que pensa na domesticação da natureza e da população ao través as guarnições militares e as cidades para atingir um estado moderno (FERRADÁS, 2004, p.420). No início do século XX (1910), é criada a Vila Iguassu, distrito do município de Guarapuava, contando em torno de 2 000 pessoas. Foi preciso esperar quatro anos para que tornasse um município oficialmente, com uma estrutura política local. Com efeito, em 1918, o município passa a se denominar Foz do Iguaçu. Na primeira metade do século XX, as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu (Argentina) cresceram de forma relativamente lenta. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estima que em torno de 2 000 pessoas habitavam na cidade no início do século XX e, em 1960, por volta de 28 000 (IBGE, 2018).

A econômica extrativista é a mais importante nessa região rural. As famílias, tanto as argentinas, quantas as brasileiras, utilizavam os recursos naturais para sobreviver, principalmente a partir da extração de madeira e do plantio de erva-mate. Mas a principal atividade foi substituída com o desenvolvimento do turismo na região em torno da proteção da floresta subtropical e da principal atração das Cataratas de Iguaçu. A Argentina é a primeira que percebeu o potencial natural do local: já existiam alguns turistas no local no início do século XX. Em 1902, Carlos Thays³ apresentou um estudo completo ao governo argentino (do presidente Julio Argentino Roca), demonstrando o potencial turístico, militar e hidrelétrico da região das Cataratas (CURRY, 2010, p. 145). Em 1928, a República Argentina comprou terras com objetivo de implantar um espaço militar e criar o Parque Nacional. Em 1934 é criado o “El Parque Nacional Iguazú”, de 67 720 ha (segundo o site internet do parque). A série rápida de eventos (estudos, compra de terra e criação do Parque), demonstra como o governo central argentino realizou que no local existia um potencial turístico. O Brasil segue a iniciativa argentina. O desejo de deixar o espaço mais protegido aumenta depois da visita em 1916 de

³ Charles Thays, ou Carlos Thays (1849-1934), é um arquiteto da paisagem e botânico, franco-argentino, que influenciou muito as áreas verdes de Buenos Aires, na virada do século XX. Ele foi o primeiro a planejar um parque no local das Cataratas, pensando no planejamento do local.

Alberto Santos Dumont⁴. Ele pressionou os políticos para agir no sentido de criar um parque, que passou a existir a partir de 1939, no território brasileiro. De forma contínua, o turismo vai passar a ocupar a parte mais importante da economia local. Os dois parques são atrações turísticas fundamentais para região, tanto em termos econômicos, quanto em termos de nível de fluxos populacionais. Voltaremos discutir tais aspectos posteriormente.

A partir da segunda metade do século XX, a região se tornou um centro de atenção geopolítica muito importante, tanto para a diplomacia brasileira, quanto para o continente americano. Até os anos 1960, é a Argentina que ocupou a presença mais forte na região, com a cidade mais povoada, Puerto Iguazú (FERRADÁS, 2004, p.422). Ela ocupava essa posição principalmente porque a via de transporte mais utilizada é o rio Paraná, que cai no oceano Atlântico em La Plata. Ademais, a Argentina se preocupou mais com a situação formalística, aplicando uma política de fronteira específica, demonstrando uma real preocupação geopolítica (BÁLSAMO, 2003). Para Bálsamo, a Argentina se apoia nas fronteiras e nas economias ao redor das fronteiras para se afirmar e produzir um espaço de soberania. De forma concreta, no início do século XX, o governo se apoiou nos serviços públicos, e principalmente a escola, para “a nacionalização da população fronteiriça” (FERRADÁS, 2004, p.421). Enquanto a Argentina se preocupava a construir a sua identidade junto com a demarcação das fronteiras, o Brasil começou a anseiar por ter um papel maior na região. Segundo Ferradás (2004), a posição da Argentina se fragilizou pouco a pouco, sob a nova preocupação comum do Brasil e do Paraguai. No contexto de guerra fria, os dois países vão investir nessa triple fronteira, aproveitando também dos novos desacordos diplomáticos entre Argentina e Paraguai:

Os estrategistas militares enfatizaram as hipóteses de conflito com os países vizinhos e insistiram que o desenvolvimento econômico e social, juntamente com as políticas populacionais nas regiões fronteiriças, eram formas eficazes de defender suas fronteiras ameaçadas (FERRADÁS, 2004, p.421)⁵.

Durante os anos 1950, a Argentina e o Brasil intensificaram os esforços de aproximação, sobretudo enquanto o presidente Perón esteve no poder (BARROS, 2012, p.32). Mas, a chegada dos regimes militares, tanto no Brasil (1964), quanto na Argentina (1976), aumentou as preocupações de segurança nacional. A Argentina passou a definir suas zonas de fronteiras como zonas tampão (FERRADÁS, 2004, p.422), podendo assim receber políticas específicas privilegiadas. Por exemplo, o governo chegou a impedir os estrangeiros de possuir terra perto da fronteira, tentando cada vez mais de controlar o espaço e a geopolítica local.

⁴ Alberto Santos-Dumont (1873-1932), é um pioneiro da aviação. Ele participou no desenvolvimento da atividade no início do século XX. Visitando as Cataratas em 1916, ele intercedeu para uma desapropriação da área, para se tornar um patrimônio público (CURRY, 2010, p.155).

⁵ Tradução do inglês pelo autor. Texto original: “Military strategists emphasized conflict hypotheses with neighboring countries and insisted that economic and social development, coupled with population policies in border regions, were effective ways to defend their endangered frontiers” (FERRADÁS, 2004, p.421).

O Paraguai tem influência menor na região, primeiramente porque conhece uma implantação demográfica posterior aos dois outros países. Tardiamente, em 1957 foi fundada a cidade de Puerto Flor de Lis, que rapidamente se denominou Puerto Presidente Stroessner, em homenagem ao ditador Alfredo Stroessner. Apenas em 1989, depois do golpe de Estado pelo Andrés Rodríguez Pedotti, que a cidade passou a se chamar Ciudad del Este. Hoje a segunda maior cidade do Paraguai em termos de população, Ciudad del Este levou algumas décadas para se desenvolver. A fundação da cidade é resultado de uma política de "*marcha hacia el Este*" implementada pelo governo Paraguai durante os anos 1950, após a queda do presidente argentino, Juan Domingo Perón em 1955. O objetivo era se aproximar do Brasil e do oceano Atlântico, que era visto enquanto uma saída para exportar as produções nacionais (FERREIRA, 2007). Esperava-se substituir o uso do Rio de la Plata, onde o frete e as taxas eram particularmente caros. A marcha objetivava também a construção de uma estrada até o Brasil, saindo de Asunción, capital do país. O governo brasileiro apoiava a obra, especialmente depois da criação da Comissão Mista Brasileiro-Paraguai em 1955 (BRASIL, 1955). Em 1957, finalmente a estrada na fronteira com o Brasil e pôde ser inaugurada pelas autoridades paraguaias da época, inclusive o presidente Stroessner, a primeira pedra da futura cidade de Puerto Presidente Stroessner. A fundação da nova cidade significou mudanças profundas do perfil da região, tanto para o Paraguai, mas também para os países vizinhos, ao modificar a região da fronteira. Na década seguinte, o Paraguai vai investir em dois grandes projetos na região. O primeiro, uma usina hidrelétrica com objetivo de produzir e exportar energia, é a usina de Acaray. O segundo projeto é a construção da Ponte Internacional da Amizade entre o Paraguai e o Brasil. Decidida em 1956, com a criação de uma comissão internacional de estudos, a ponte foi inaugurada em março de 1965, ligando de forma oficial e concreta os dois países. Ela contribuiu para mudar definitivamente o perfil de toda região e do Paraguai.

Contudo, durante a construção da ponte, começaram a emergir problemas diplomáticos entre os dois países, centralizados sobretudo na questão do potencial hidrelétrico do rio Paraná, no local das Sete Quedas. O Brasil estudou de forma fechada o potencial energético do local, isto é, sem avisar o vizinho. Um artigo impresso em 1962 alertou o governo Paraguai, que rapidamente escreveu uma nota destacando que ainda existia uma definição limitada da fronteira nesse local e que então o Brasil não poderia explorar as Cataratas (MENEZES, 1987, p.73). Nos meses seguintes foram registradas trocas de notas oficiais diplomáticas entre os dois países sobre o assunto, segundo Barros (BARROS, 2016, p.8). Em 1964, o presidente Goulart demonstrou um otimismo para futura construção de uma usina hidrelétrica com o Paraguai, mas as relações se deterioraram mais uma vez. A inauguração da ponte, em março 1965, foi o auge da boa fase das relações entre os dois países naquele período, pois alguns meses depois a tensão aumentou novamente, resultado da "atitude militar" (BARROS, 2009, p.4) do Brasil, com a ocupação por soldados do Porto Coronel Renato, terra próxima a Sete Quedas, a três quilômetros da fronteira com o Paraguai. A reação oficial e popular no Paraguai é de desconfiança e rapidamente toda nação se sentia indignada (MENEZES, 1987, p.73). A reação popular se manifestou nas ruas e contras os símbolos

brasileiros no país (as bandeiras e a embaixada são visadas). A imprensa permitiu a avaliação de que eminentemente uma guerra poderia ser declarada (SILVA, 2006, p.72). Muitos atores políticos paraguaios se engajam na questão, tais como os estudantes, os veteranos da guerra do Chaco, a imprensa, a oposição etc. (BARROS, 2009). São meses de conflito diplomático, baseado em troca de notas oficiais entre as diversas instituições (MENEZES, 1987, p.81). O clima conflituoso entre os dois países, deixa também os outros atores da América Latina preocupados, tais como a Venezuela e a Argentina de forma particular (BARROS, 2009, p.10). A partir de maio 1966, o Brasil iniciou a gestão para um encontro (NETO, 2013, p.44).

Apenas em junho de 1966, os ministros das Relações Internacionais, do Brasil e do Paraguai, se encontram para discutir e acalmar o clima, com a intervenção do Departamento de Estado norte-americano (MAZZAROLLO, 2003, p.23). A reunião foi um sucesso em termos diplomáticos e foi concluída com um acordo (“Ata de Foz do Iguaçu” ou “Ata das Cataratas”). Entre os dez pontos da ata, aparece pela primeira vez a questão da construção de uma usina hidrelétrica em Sete Quedas. O aspecto econômico é fundamental nas discussões. Quando o projeto da usina foi abordado nos debates, as atitudes se tornaram positivas (NETO, 2013, p.46). É um ato fundamental que influenciou o futuro das duas nações e marcou o início da volta da confiança entre os dois países, permitindo o surgimento de uma longa articulação bilateral. A partir deste momento, os conflitos de fronteiras e limites não foram mais discutidos, sendo substituídos por assuntos técnicos sobre a construção da futura usina hidrelétrica (MAZZAROLLO, 2003 p.23). Os dois países discordavam sobre a questão da fronteira e da soberania (acordaram em um documento que discordam” AMARAL, 2006, p.82), mas os ministros concordam que os interesses econômicos devem prevalecer e deixaram para um momento futuro para resolver essas questões (CAUBET, 1991, p.49-50). É importante destacar que o parágrafo 4 da ata, excluiu a Argentina da participação da exploração energética dos recursos hídricos da fronteira (FAUSTO, 2015, p.61), demonstrando assim a consistência da união nascendo. Os conflitos de uso das águas internacionais ficaram nos debates internacionais dos anos seguintes⁶, mas não impediram o projeto brasileiro-paraguaio de se realizar.

A marca histórica da barragem de Itaipu

O projeto da usina hidrelétrica de Itaipu na região representa a primeira grande etapa para tornar a região um espaço de atenção geopolítica e de interesse em relações internacionais. Para entender melhor como a barragem de Itaipu teve uma dimensão geopolítica importante durante as décadas de 1960 e 1970, vamos apresentar as questões diplomáticas e juntamente outros assuntos mais econômicos e técnicos.

A usina começou a ser projetada realmente a partir de 1967, depois que os conflitos diplomáticos entre Brasil e Paraguai se resolveram e que a Comissão Mista Técnica Brasil-Paraguai foi constituída (12 de fevereiro 1967). Mesmo se os dois países se entenderam para

⁶ Cf. As pesquisas realizadas por Fausto e Caubet sobre relações hidropolíticas indicam essa perspectiva. Ver: FAUSTO, 2015; CAUBET, 1991.

o uso do recurso hídrico, a situação inquietou a Argentina, que passou a fazer parte das discussões.

De acordo com Caubet (1991) a preocupação da Argentina girava em torno da exploração dos recursos hídricos da região e as consequências deles no sistema hídrico geral. Assim, a criação de um sistema que passou a se chamar Bacia do Prata, envolvendo cinco países (Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina), tinha como objetivo de entender o sistema fluvial inteiro e não esquecer as influências territoriais e os laços entre eles. A Argentina vai promover uma sucessão de reuniões dos ministros das Relações Internacionais sobre a temática entre 1967 e 1969.

Em abril de 1969, é assinado o Tratado da Bacia da Prata. Ele regula o uso dos rios, as questões de navegação e de aproveitamentos econômicos da bacia. O objetivo era “promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável” objetivo seria alcançado, segundo Caubet (1991, p.57). Com esse tratado, a Argentina queria limitar os sucessos anteriores da diplomacia brasileira (SILVA, 2006, p.83) e de forma mais técnica, ver quais seriam as reais possibilidades de aproveitamento econômico da bacia.

O tratado traça então um quadro jurídico formal e permite a criação do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) e de um Fundo de financiamento, o FONPLATA (CAUBET, 1991, p.58). A concretização da constituição de instituições multilaterais na bacia do Prata demonstra a vontade na região e dos cinco países de criar uma atmosfera de integração e de cooperação. Para validar esse processo, faltavam realizações concretas, obras que podiam comprovar as intenções dos diversos atores.

Em abril 1970, as instituições públicas de gestão de energia (Eletrobrás para o Brasil e Ande para o Paraguai), entraram em um convênio de cooperação com a comissão técnica do projeto da usina. A Comissão cria no mesmo ano um Comitê Executivo (questões administrativas) e solicita empresas para realização de estudos, um primeiro passo na realização da obra de Itaipu. Depois das respostas de empresas privadas, um consórcio ítalo-americano foi constituído (MAZZAROLLO, 2003 p.23) e se tornou responsável pelos estudos técnicos. Com os avanços técnicos, as reclamações Argentinas voltaram a ser presentes (SILVA, 2006, p 78), e C. Caubet explica que em 1972, existe “um verdadeiro fogo-cruzado diplomático e jurídico entre a Argentina e o Brasil” (CAUBET, 1991, p.75). Contudo, a diplomacia internacional não impede que o trabalho técnico progredisse. Os estudos técnicos apresentaram 50 propostas de aproveitamento energético do local, mas apenas duas propostas foram vistas como viáveis e foram estudadas com maior atenção (BARROS, 2016, p.14). Foi escolhido um projeto que previa a construção de uma barragem única localizada 14 quilômetros acima da Ponte Internacional da Amizade, ou seja, muito perto das cidades brasileiras e paraguaias de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner. O projeto foi escolhido por: motivos financeiros (custos de construção menores), localização melhor em termos geológicos, hidrológicos e logísticos e a possibilidade de ampliação da casa de máquina (SILVA, 2006).

Os enfrentamentos jurídicos e diplomáticos continuaram intensos, mas, ao mesmo tempo, o projeto foi elaborado e melhorado. Um passo fundamental foi dado em 26 de abril de 1973, em Brasília, com a assinatura do Tratado de Itaipu, pelos presidentes do Brasil (Emílio G. Médici) e do Paraguai (Alfredo Stroessner). O tratado consagrou a Ata das Cataratas de 1966, relatando inclusive nos primeiros parágrafos do documento o antigo acordo assinado sete anos antes.

O tratado formalizou um acordo para o aproveitamento hidroelétrico em conjunto do rio Paraná. Ele estabeleceu a criação de uma empresa binacional que permitiria a execução do empreendimento da barragem de Itaipu. Duas instituições públicas participaram da criação da empresa. São elas: do lado brasileiro, a Eletrobrás e, do lado paraguaio, a Administración Nacional de Eletricidad (Ande). Segundo Menezes (1987), no mesmo dia em que foi assinado o Tratado de Itaipu, Stroessner foi recebido em Brasília com diversas homenagens oficiais, no Congresso Nacional, recebendo lá, a medalha Rio Branco. Para Zugaib (2006), com essa assinatura, o Paraguai abandonava sua posição pendular entre Brasil e Argentina e decidiu se inclinar em direção ao Estado brasileiro (ZUGAIB, 2006, p.116). Neste momento, os argentinos começaram a entender que os paraguaios estavam escapando de seu domínio histórico.

Segundo as informações oficiais, o tratado objetivava “através de um instrumento jurídico de direito internacional público, em igualdade de direitos e obrigações, mantendo a paridade, assim como a igualdade soberana dos Estados-Membros” (ITAIPU, 2008). Observamos aqui a importância que quer ser dada, ou pelo menos divulgada, para a noção de igualdade. As leituras mais recentes dos pesquisadores especializados no assunto⁷ e mesmo as visões dos engenheiros da época deixam aparecer que a obra é brasileira, pois tinha recursos humanos e técnicos no Brasil, enquanto o Paraguai era contava com poucos recursos técnicos, humanos, além de financeiros. A leitura histórica mudou, pois “Hoje, o Paraguai considera que saiu perdendo. À época, a impressão era o contrário” fala Pedro Doria, em 2008. Em termos técnicos também, a realidade é outra, pois o Brasil recebeu ajuda de russos (DORIA, 2008), pois não tinha conhecimentos suficiente no país para realizar uma obra tão ampla.

A realidade é que o tratado manteve o Paraguai bloqueado de acordo com os interesses brasileiros na região da Bacia do Prata. No artigo XIII, é definido que as duas nações aproveitariam dos benefícios energéticos de Itaipu de forma igualitária. Contudo, um dos países teria o direito de adquirir a produção energética se o outro não usufrísse de toda a sua parte (BARROS, 2012, p.15). Este caso específico beneficiou e ainda beneficia diretamente o Brasil, pois o Paraguai teria que vender a parte não usada de sua eletricidade pelo vizinho. Barros considera que é o “maior tratado político e econômico na história da diplomacia entre Brasil e Paraguai” (BARROS, 2009, p.11).

Um ano depois, o 17 de maio 1974, a empresa Itaipu Binacional é oficialmente constituída. O tratado foi assinado com pressa e deixou dois pontos fundamentais em suspenso: qual seria o papel da Argentina; onde exatamente seria construída a usina

⁷ Na obra intitulada “Fases de um Mega Projeto de Desenvolvimento”, Ivone Lima aborda aspectos relativos à usina pouco debatidos no período de sua construção. Ver: LIMA, 2006.

hidrelétrica. O acordo entre os dois países não resolveu tudo, mas representou mais uma etapa fundamental para que o projeto continuar indo para frente. Os meses seguintes são dedicados aos passos normativos e administrativos a serem efetivados em cada país. Para concretizar o projeto, a questão do financiamento se tornou fundamental. Germani afirma que nenhum dos dois países tinha recursos suficiente para financiar a obra (GERMANI, 2003, p.38). O Brasil foi percebido como um local perfeito para investir no mercado internacional e pelas grandes agências de financiamento (World Bank por exemplo). O potencial em termo de mão de obra, de território, de recursos naturais e de capacidade de consumo ofereceu uma ótima adequação para novos investimentos. Assim, o governo militar abriu as portas do país para os capitais estrangeiros e o projeto de Itaipu pôde nascer neste contexto (MAZZAROLLO, 2003, p.20).

A barragem é o 13º megaprojeto dos anos 1970, no nível financeiro mundial (ROSA, 1988, p.9). A obra pôde começar em maio 1975, já com um ritmo importante, uma vez os militares brasileiros esperando resultados rápidos. Com efeito, a empresa Itaipu Binacional tem estatuto original, pois ela é independente do Estado Federal, ou seja, em termos de prestação de contas, ela não tem obrigação com a União, e presta contas a ela mesma (GERMANI, 2003, p.38). Dessa forma, as contas da empresa e da obra ficaram “meio nebulosas”. Em 1980, uma comissão parlamentar analisou que Itaipu já tinha gastado quase 10 bilhões de dólares e a obra deveria custar no final até 15 bilhões. No site oficial da empresa, o valor de 17,5 bilhões foi anunciado em 2016 (Itaipu, 2016), mas outras informações avaliam que o custo real foi de 30 bilhões, com dívida inteira no exterior, que foi paga unicamente pelo Brasil (DORIA, 2008).

Do ponto de vista diplomático, a questão da Argentina se resolveu depois, em outubro de 1979. Neste ano, foi assinado o acordo Itaipu-Corpus, que se refere na cota da água em Corpus e ao número de turbinas instaladas em Itaipu (GERMANI, 2003, p. 39). “O governo argentino temia que a construção de Itaipu, na prática, inviabilizasse as obras que gerariam energia hidrelétrica para a Argentina” (SILVA, 2006, p.83). A atmosfera diplomática entre os dois países ficou mais calma e outros acordos foram assinados para cooperações bilaterais e internacionais em termos econômicos, como por exemplo nuclear (GERMANI, 2003, p.39).

Finalmente, para terminar com a noção de geopolítica global que envolveu a construção de Itaipu, podemos falar das regulações internacionais dos recursos hídricos que foram levantados durante toda a fase de negociação pré-construção. O trabalho de C. Caubet analisa com detalhes todo caminho que foi levado para chegar em acordos internacionais e como isso apresenta novidades e avanço em termos de direitos internacionais (CAUBET, 1991). Caubet para concluir a natureza geopolítica da obra de Itaipu, com o acordo tripartite de outubro de 1979, “a noção de equilíbrio que deveria ser utilizada. A Argentina e o Brasil tiraram o melhor proveito de seus recursos, e o Paraguai fez o mesmo explorando, em prol de seus interesses e apesar das pressões, as divergências que existiam entre seus dois co-ribeirinhos do Paraná” (CAUBET, 1991, p.354).

Nova geopolítica na região tríplice fronteira

A construção da barragem foi o ponto central da região durante décadas e ela serve como elemento fundador do dinamismo regional que existe até hoje. A barragem foi o centro de atenção, mas hoje, ela é só um elemento no meio de diversos outros que alimenta o movimento econômicos, cultural, diplomático desse espaço.

A atividade turística se tornou um elemento muito importante no espaço formalístico de Foz do Iguaçu. O turismo se caracteriza enquanto uma atividade econômica e social, com efeitos nos lugares receptores e de origem dos viajantes. Ela envolve uma grande parte da sociedade e tem grande capacidade de trazer melhorias nos resultados da balança comercial, com uma estimulação econômica forte, feito de criação de emprego e de atividades econômicas e humanas diversas. Em Foz do Iguaçu e na região, dois elementos centrais alimentam o turismo: a barragem de Itaipu, ícone de engenharia local e as Cataratas de Iguaçu, esplendores da natureza (SOUZA, 2009, p.85). O turismo na região é a atividade central do desenvolvimento econômico (SALOMON, 1992)

Confirmando a relevância da temática, existe um Observatório Trinacional de Turismo Iguassu (2018) que disponibiliza alguns dados sobre o turismo da região, usando diversas fontes (uma delas é a Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu). Em termos de público, existe um aumento claro da quantidade de turistas. O estado do Paraná viu a quantidade de turistas no estado passar de 800 000 em 2000 a mais de 2 milhões em 2012 (FOZ DO IGUAÇU, 2016). Os dados não especificam a quantidade exata para a região de Foz do Iguaçu, mas podemos recortar com outras informações para ter uma noção mais exata. Assim, em 2013, no segmento do Lazer, Foz do Iguaçu é a terceira cidade brasileira mais visitada, depois de Rio de Janeiro e Florianópolis. Os dados ilustram um aumento importante nos últimos anos, permitindo na cidade do Paraná passar na frente de São Paulo e Salvador. O fluxo de população que vem em Iguaçu mudou sua forma de se deslocar. Os estudos (Foz do Iguaçu, 2016), demonstram que o uso do carro e do ônibus diminuíram muito para o avião. Assim, enquanto entre 1980 e 2000, o total de embarque/desembarque do aeroporto de Foz do Iguaçu era em torno de 400 000-500 000 pessoas por ano, na década de 2000, passou por receber mais de 700 000, chegando ao milhão em 2010 e dobrando em 2015 (FOZ DO IGUAÇU, 2016). Essas informações confirmam a grande relevância do turismo na região e como ela virou um centro turístico nacional. O peso internacional da região aparece também com um elemento novo e mais importante: entre 2003 e 2009, o Parque Nacional do Iguaçu, recebeu mais turistas estrangeiros que brasileiros. A situação se reverteu em 2010, mas com um certo crescimento do número de turistas estrangeiros no parque, passando de 618 000 em 2010, a 725 000 em 2015. Por consequência dessa atividade, o retorno econômico na região é óbvio. Assim, em 2013, a Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu estima que são quase 15 000 empregos no município, sendo mais de 90% permanentes.

As duas principais atrações da região, as Cataratas e Itaipu trazem muitos turistas e vê os números aumentar nos últimos anos. Assim, os dois parques (brasileiro e argentino) de

Iguaçu/Iguazú, recebem mais de um milhão de pessoas desde 2007. As visitas da usina hidrelétrica de Itaipu são, no mesmo sentido, um atrativo local importante, pois entre 500 000 e 600 000 pessoas visitam o local desde 2012, vindo um aumento significativo nos últimos anos (FOZ DO IGUAÇU, 2016, p.13).

A importância do turismo na região é resumida pelos estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que classificou o turismo nacional em índice de competitividade do destino. Assim, usando 13 dimensões ligadas à atividade turística, a cidade de Foz do Iguaçu se classificou com um índice superior à média do Brasil e à média das não capitais, com número de 76,3, aumentando em comparação de 2008, que era 66,3 (FGV, 2015, p.40). Foz do Iguaçu recebe é classificada no oitavo lugar das cidades no índice nacional e como primeira no índice específico de Atrativos Turísticos (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2015). Os estudos da FGV descrevem o local como

O destino dispõe de atrativos estruturados para os turistas em todas as categorias avaliadas, sendo o principal atrativo natural indicado as Cataratas do Iguaçu, localizadas dentro do Parque Nacional do Iguaçu, que recentemente fez melhorias em sua estrutura – ampliou a área da recepção e atendimento ao turista, criou o Museu das Cataratas e disponibilizou mais dois ônibus turísticos adaptados. Entre as atrações culturais, o Ecomuseu, do Complexo Turístico de Itaipu Binacional, foi novamente indicado como principal atrativo e contempla em sua estrutura exposições permanentes e temporárias retratando a história da Itaipu, e a construção da represa e hidrelétrica (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2015, p.40).

O turismo da região começou com Itaipu, que ajudou a fazer conhecer o local e suas diversas belezas. Depois os parques nacionais viraram os principais focos de atenção dos turistas, mas podemos também citar como atrações: o comércio na cidade de Ciudad del Este, no Paraguai, que virou um considerável atrativo de brasileiros e argentinos; o Marco das Três Fronteiras, o Parque das Aves; a Mesquita Mulçumana de Foz do Iguaçu, principal no país; o Templo Budista, entre outros (CONTE, 2013, p.420).

O fluxo de população, brasileiras ou estrangeiras, que vem na região pelo turismo aumentou muito e virou elemento central na lógica geopolítica da região, mas outras atividades envolvem questões internacionais novas. O comércio nacional e internacional é um elemento novo e importante na região. A zona Franca de Ciudad del Este é um atrativo turístico, como falamos, mas também gera uma ampla atividade econômica e comercial. A tríplice fronteira é considerada como um grande centro comercial mundial, onde se misturam as trocas oficiais e mercado negro. A cidade paraguaia era considerada, em 2012, como a terceira mundial nas zonas de livres trocas comerciais, depois de Miami e Hong Kong (HUDSON, 2010, p.7). O comércio é alimentado principalmente por eletrônicos e produtos de luxo (perfumes, roupas, bebidas alcoólicas etc.). Para acentuar ainda mais as atividades legais, o Brasil regulamentou a instalação de lojas francas ("Duty Free"), em zonas de fronteiras no

território nacional. Dessa maneira, a medida pode criar uma nova concorrência para o Paraguai e novas oportunidades comerciais e econômicas na região. Podemos nos questionar sobre a influência e os impactos nos mercados informais (TOMAZELLI e RIBEIRO, 2018). Sabemos que já existe, há anos, um mercado informal amplo na região.

A proveniência dos produtos vendidos é duvidosa em grande parte e, já em 1998, em um artigo do New York Times, o autor afirma que 90% dos produtos vendidos são falsificados, principalmente por falta de regulamentação (SCHEMO, 1998). Dez anos depois, um artigo de Rosana Pinheiro-Machado (2008) traça uma cadeia produtiva entre a China, o Paraguai e o Brasil. Ela explica o percurso entre a produção na China, a importação no Paraguai e as compras no mercado brasileiro, demonstrando assim a relação fina entre mercado formal e informal, lícito e ilícito. Ela conclui que : *" sugere que a cadeia produtiva é tão complexa e ramificada e os limites entre um bem falso e um original são tão tênues, que quando ela chega ao seu fim, muitas vezes, seus atores não têm clara consciência do que estão comercializando"* (PINHEIRO-MACHADO, 2008). Na nossa questão de geopolítica, as relações comerciais na região demonstram como o mercado globalizado é uma realidade no local. Ciudad del Este é a segunda maior cidade do Paraguai e vê sua influência ser muito além da única região da fronteira (LIMA, 2013, p.5). A tríplice fronteira, com a ação comercial, virou um espaço que conta no nível continental, "um grande nó estratégico do Cone Sul da América do Sul" (RÜCKERT e DIETZ, 2013).

Além dos produtos falsificados, outros produtos proibidos são vendidos, tais como armas, drogas, medicamentos etc. Há cada ano, manchetes de jornais falam de armas encontradas e produtos proibidos vendidos no local. A Fundación Arias para la Paz y el Progreso Humano, considera a tríplice fronteira como uma das principais rotas de atividades de tráfico de armas, na América Latina (ARIAS, 2010). A fundação estimava que cerca de 30 000 armas passavam pela fronteira por ano, destinadas às organizações criminais brasileiras. O Brasil, consciente dos problemas que ocorrem na região tenta, com operações esporádicas, combater o crime organizado transnacional, segundo as informações da Polícia Federal (GUTIÉRREZ, 2016).

Outra nova questão geopolítica é relativa à temática do terrorismo internacional. Em um local de grandes fluxos populacionais⁸ a tríplice fronteira virou um espaço onde pessoas podem se esconder, possibilitando atividades suspeitas de terrorismo. Desde 1992, existe suspeição que a região é local que poderia ter células terroristas islâmicas. Depois dos atentados contra os interesses de Israel na Argentina (embaixada e depois a Amia- Associação Mutual Israelita Argentina), a região da triple fronteira é observada pois ela é reconhecida como uma zona com "fronteiras porosas" (GRAVEL E TANGUAY, 2007, p.3). Em Julho 2003, um relatório da Livraria do Congresso dos Estados Unidos estuda "Terrorist and Organized Crime

⁸ Segundo o site internet *VisiteFoz*, 40 000 pessoas cruzam diariamente a ponte da Amizade. Ver: VISITE FOZ. Compras no Paraguai: cruzando a Ponte da Amizade. **Visite Foz**. Disponível em:< <https://www.visitfoz.com.br/pontos-turisticos/compras-no-paraguai/cruzando-a-ponte-da-amizade/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

Groups in the Tri-Border Area (TBA) of South America”. As conclusões são edificantes, deixando claro a forte probabilidade da presença de grupos terroristas, entre 1999 e 2003, período da pesquisa, tais como o “Egyptian Al-Jihad (Jihad Islâmica) e Al-Gama’a al-Islamiyya (Jihad Islâmica), Hamas, Hizballah, e al Qaeda” (HUDSON, 2010, p.72).

Em 2010, com as revelações do *WikiLeaks*, informações revelaram que os Estados Unidos observam alguns residentes da região, de origem médio-oriental, suspeitos de financiar o terrorismo, principalmente o Hezbollah. Brasília, em resposta diplomática, pediu explicações, já que o país passa por dificuldade políticas e legislativas para reconhecer os grupos terroristas, tais como: FARC, Hamas ou Hezbollah (LASMAR, 2015). O Brasil sempre tentou reduzir a importância do tema e as declarações governamentais nunca reconheceram oficialmente as presenças. As discordâncias políticas e diplomáticas duraram muito tempo entre o Brasil e os Estados Unidos. Em maio de 2018, a ONG Counter Extremism Project, afirmou (no site dela) que brasileiros participam na lavagem de dinheiro do Hezbollah no Brasil. A ONG afirma que as diversas crises econômicas na América do Sul (Venezuela por exemplo) e “a corrupção enraizada na região e a fiscalização negligente, estão ajudando a impulsionar uma economia ilícita estimada em US\$ 43 bilhões por ano” (COUNTER EXTREMISM PROJECT, 2018). Ela cita de forma explícita as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este como locais de concentração das ações ilícitas, confirmando a análise do Lasmar: “a Tríplice Fronteira possui uma baixa presença do Estado, apresenta um ambiente de segurança relaxada e é a sede de uma série de atividades e organizações criminosas, esses relatos vieram a reforçar um certo mito de que a região se tornou um paraíso para grupos e indivíduos terroristas no Brasil” (LASMAR, 2015). Reforçando o aspecto territorial do terrorismo no Brasil, conexões entre grupos criminosos brasileiros (fações) e entidades internacionais são descobertas os últimos anos. A Polícia Federal aponta em relatórios que existe conexões entre o PCC e o Hezbollah, citando até local específico em Ciudad del Este (LEALI, 2014).

Finalmente, nessa questão de ações criminais, observamos um largo espectro de atores e organizações internacionais atuando na região, com implantações territoriais de temporalidades diferentes. Organizações criminais internacionais e terroristas foram notificadas, a presença de serviços secretos alguns países também, máfias, etc. São diversos os atores que agem na região e deixam cada vez mais a tríplice fronteira como uma zona de preocupações geopolíticas. As respostas oficiais ainda são fracas, mas notamos uma maior conscientização, demonstrada com a futura instalação de uma base militar norte-americana, na província de Misiones, na Argentina (GARRO, 2018).

Finalmente, em termo de internacionalização e do papel da China, devemos indicar as novas posições tomadas por empresas chinesas no Setor Energético brasileiro. Entre a compra de diversas usinas hidrelétricas e contratos de realização de linhas de transmissões, a China, com a empresa China Three Gorges Corporation, assinou contratos de cooperação tecnológica com Itaipu, em 2017. Uma vez que a usina passa por uma fase de reestruturação e modernização, podemos assumir a perspectiva desse acordo enquanto um posicionamento claro da China para participar das novidades de Itaipu (investimento previsto de US\$ 500

milhões) (ITAIPU, 2017). A influência da China na região entrou em uma fase de expansão e Itaipu é uma forma de se instalar de maneira oficial.

Conclusões

A tríplice fronteira, é um espaço muito interessante para estudar as relações entre três países, em um território restrito. O passado histórico, feito de diversos momentos mais ou menos tensos (guerras, por exemplo) e suas marcas territoriais, norteiam, até hoje, o destino da região. Um evento excepcional vem modificar para sempre o rumo da região, foi a decisão de construir a usina hidrelétrica de Itaipu. A construção da usina modificou as paisagens, mas a dinâmica econômica regional, o interesse para a região e toda a atratividade do espaço.

A barragem de Itaipu marca o território e a geopolítica da região como nenhum outro evento marcou esse espaço. Antes mesmo de ser construída, a barragem provocou tensão entre os países da região, e o acordo entre Brasil e Paraguai, provocou preocupações profundas da Argentina sobre o controle das águas e os usos delas. Unicamente em 1979, um acordo tripartite é celebrado, resolvendo os problemas: diplomáticos, energéticos, econômicos, territoriais, etc. A barragem de Itaipu é uma obra fundamental para as relações diplomáticas dos três países e constitui o maior desafio do século XX na relação Brasil-Paraguai. A barragem de Itaipu – na época de sua inauguração, a maior do mundo –, contribuiu sobremaneira para tornar a região conhecida ao atrair atenções diversas.

A barragem, junto a beleza natural das Cataratas de Iguazu, foram os dois principais fatores da onda de interesse pela região para turistas e pessoas de fora. A atividade turística virou a principal fonte de renda e continua a ser um atrativo único no Brasil e na América do Sul. Mas novas questões geopolíticas apareceram. A segurança da região é um desafio fundamental para a sustentabilidade da atividade turística (GRAVEL e TANGUAY, 2007, p.3). A eficiência das políticas de segurança e as questões de corrupção sempre voltam no debate, impedindo a eficiência das ações. A cooperação regional é o futuro da região, mas a sua aplicação concreta em uma etapa avançada tal como exige um empreendimento desse porte ainda demora para ser implantada. As políticas de cooperação já existem desde os anos 1990, com o Comando Tripartite da tríplice fronteira, mas diversos problemas atrapalharam as ações (GRAVEL e TANGUAY, 2007, p.3). Agora, devemos esperar qual será o futuro da região em termos de ações criminais e as relações internacionais concretas.

Referências

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ARIAS, Fundación para la Paz y el Progreso Humano. **Memoria reunión Tri-nacional: Argentina, Uruguay y Paraguay: Tráfico y transferencias de armas de fuego**. Instituto de Estudios Legales Y Sociales del Uruguay, Montevideo, 10 y 11 de junio del 2010.

BALSAMO, Pilar Uriarte. La nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 328-334, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (década de 1960). **Revista Eletrônica História em Reflexão** (UFGD), v. 3, p. 1-12, 2009. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/475/343>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. Do impasse ao acordo: O Brasil e o Paraguai antes do acordo de Itaipu. In: **X Encontro de História de Mato Grosso do Sul**, Simpósio Internacional de História, Três Lagoas-MS, 2010.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **Os saltos da discórdia: o impasse entre Brasil e Paraguai em torno das Sete Quedas (1962-1966)**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2012.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. Sete Anos de Negociação entre Brasil e Paraguai: Do Fim do Litígio ao Acordo de Itaipu (1966-1973). In: **3º Seminário de Relações Internacionais da ABRI** 'Repensando os interesses e desafios para inserção do Brasil no século XXI', Florianópolis-SC, 2016.

BRASIL. Decreto nº 36.971, de 4 de Março de 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36971-4-marco-1955-330665-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

CAUBET, Christian Guy. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

CONTE, Cláudia Heloiza. O turismo de Foz do Iguaçu (Paraná, Brasil) e sua inserção dentro da rede internacional de cidades. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 408-423, abril de 2013.

COUNTER EXTREMISM PROJECT. **Terrorist Groups in Brazil's Southwest Region**. 2018. Disponível em: <<https://www.counterextremism.com/harbors-campaign-brazil>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

CURRY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplce fronteira–Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORIA, Pedro. O verdadeiro preço de Itaipu: Uma negociação a portas fechadas, no tempo dos militares, volta para assombrar o Brasil. **O Estado de São Paulo**, 28 de abril de 2008. Disponível em: < <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-verdadeiro-preco-de-itaipu,163784>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

FAUSTO, Jean Victor Mercini. **A Dessecuritização das relações hidropolíticas na bacia do Prata: de 1979 aos dias atuais**. Trabalho de TCC, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2015.

FERRADÁS, Carmen. Environment, Security, and Terrorism in the Trinational Frontier of the Southern Cone. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, 11:3, 417-442, DOI: 10.1080/10702890490493563. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1080/10702890490493563>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

FERREIRA, Wilson. 50 años de história. **Ultima Hora**, 05 de dezembro de 2007. Disponível em: < <https://www.ultimahora.com/50-anos-historia-n81785.html>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Índice de competitividade do turismo nacional: relatório Brasil 2015**. Coordenação Luiz Gustavo Medeiros Barbosa, Brasília: Ministério do Turismo, 2015.

FOZ DO IGUAÇU. **Inventário técnico de estatísticas turísticas**. Secretaria Municipal de Turismo, Diretoria de Desenvolvimento de Turismo, Divisão de Planejamento e Estudos Turísticos, 2016.

GARRO, Emmanuel. La instalación de una base militar norteamericana en Misiones atenta contra la soberanía nacional. **Revista Universitaria**. 14 de fevereiro de 2018. Disponível em: < <https://revuniversitaria.com.ar/index.php/opinion/1251-la-instalacion-de-una-base-militar-norteamericana-en-misiones-atenta-contra-la-soberania-nacional> >. Acesso em: 16 de agosto de 2018.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terras e águas: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA, ULBRA, 2003.

GRAVEL, Nathalie e TANGUAY, David. Évaluation des risques terroristes dans les angles morts territoriaux : le cas de la Triple Frontière en Amérique du Sud. **Sécurité Mondiale**, n. 25, Janvier-Février 2007.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Unas 30.000 armas de fuego se trafican anualmente desde Paraguay al Brasil. **Ultima Hora**, 10 de março de 2016. Disponível em: < <https://www.ultimahora.com/unas-30000-armas-fuego-se-trafican-anualmente-paraguay-al-brasil-n973861.html>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

HUDSON, Rex. **Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area (TBA) of South America**. A Report Prepared by the Federal Research Division, Library of Congress, 2003, Revised 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Foz do Iguaçu**. Site informativo Cidades do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

ITAIPU. **Itaipu: uma história binacional**. 2008. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/itaipunamidia/itaipu-uma-historia-binacional?page=7>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

ITAIPU. **Itaipu: Perguntas frequentes**. 2016. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

ITAIPU. **Itaipu e gigante chinesa de energia elétrica fazem parceria estratégica**. 02 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-e-gigante-chinesa-de-energia-eletrica-fazem-parceria-estrategica>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

LASMAR, Jorge Mascarenhas. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 47-70, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100047&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

LEALI, Francisco. Polícia Federal aponta elo entre facção brasileira e Hezbollah. **O Globo**, 09 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/policia-federal-aponta-elo-entre-facciao-brasileira-hezbollah-14512269>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto. **Itaipu: as Faces de um Mega Projeto de Desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondo: Editora Germânica, 2006.

LIMA, Caren Freitas de, As Relações Econômicas da Região Transfronteiriça. In: 1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba. **Anais do SNPD**, v. 1. p. 1-10, 2013.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

MENEZES, Alfredo de Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980**. Campinas: Papyrus, 1987.

NETO, Tomaz Espósito. As relações Brasil-Paraguai: do litígio da fronteira brasileiro-paraguaia (1962) à Ata das Cataratas (1966). **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol.7, No 1, pp. 33-49, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

ROSA, Luiz Pinguelli. Introdução: os grandes projetos e o Setor elétrico. In: ROSA, Luiz Pinguelli (Coord.); SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. **Impactos de grandes projetos**

hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: Ed. Marco Zero e CNPQ, 1988.

RÜCKERT, Aldomar A.; DIETZ, Circe I. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão. **Confins** [Online], 17, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/8216>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

SALOMON, Jean-Noël. Le complexe touristique-industriel d'Iguaçu-Itaipu (Argentine-Brásil-Paraguay). **Cahiers d'outre-mer**. n° 177, 45e année, Janvier-mars 1992. doi: <https://doi.org/10.3406/caoum.1992.3420>

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. **Brasil-Paraguai : marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973 : um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SCHEMO, Diana Jean. In Paraguay Border Town, Almost Anything Goes. **The New York Times**, 15 de março de 1998. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1998/03/15/world/in-paraguay-border-town-almost-anything-goes.html?sec=&spon=&&scp=3&sq=paraguay%20taiwan&st=cse_>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008).** Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; SILVA, José Flávio Marques da. A (re)organização do espaço em Guaíra após o fim das sete quedas. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 14, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/8152/9096>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

TOMAZELLI, Idiane; RIBEIRO, Luci. Receita regulamenta instalação e funcionamento de 'free shops' em fronteira terrestre. **O Estado de São Paulo**. 19 de março de 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,receita-regulamenta-free-shop-em-fronteira-terrestre,70002233535>>. Acesso em: 07 de agosto de 2018.

VISITE FOZ. Compras no Paraguai: cruzando a Ponte da Amizade. **Visite Foz**. Disponível em: <<https://www.visitefoz.com.br/pontos-turisticos/compras-no-paraguai/cruzando-a-ponte-da-amizade/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

ZUGAIB, Eliana. **A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil.** Brasília: Funag, 2006.

Recebido: 16/08/2018

Aceito: 24/08/2018

Publicado: 28/09/2018